

REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE MAGÉ (SÉCULOS XVII-XIX)

Antônio Seixas¹

Resumo: Os registros paroquiais são a principal fonte da pesquisa genealógica. A partir dos assentos de batismo, de casamento, de óbito e de terras podemos reconstituir a estrutura social e fundiária do país. Os arquivos públicos e eclesiásticos preservam os livros de registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, no recôncavo da Baía de Guanabara. O presente estudo tem por objetivo a identificação e a análise dos livros de assentos da paróquia de Magé que chegaram aos nossos dias. A metodologia, com base no método dedutivo, concentrou-se na pesquisa documental. O levantamento de informações nos arquivos em Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro revelou os livros e fragmentos de livros existentes, testemunhos materiais da sociedade escravista mageense dos séculos XVII-XIX.

Introdução

A pesquisa genealógica tem nos registros paroquiais sua principal fonte de informação. Já os livros de terras são uma das principais fontes para a investigação da propriedade fundiária no Império do Brasil. O cruzamento de tais informações nos fornece quadros sobre a ocupação dos territórios, as dimensões populacionais, o acesso à terra e o regime jurídico fundiário. Daí a importância da preservação dos acervos, bem como o seu franqueamento à consulta pública.

Na América portuguesa, do pouso, da fazenda e da paróquia surgiram a aldeia, o arraial e a vila, o que não esconde o nomadismo da sociedade colonial, que transferia seus núcleos populacionais, reconstruindo povoados e sedes de distritos.² Foi assim com o povoado de Magepe, surgido no entorno do Santuário de Nossa

¹ Advogado e historiador. Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ) e em História Militar (UNISUL). Mestre em História (UNIVERSO). Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Sócio-Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira - CEIB. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antseixas@bol.com.br.

² LAMEGO, Alberto Ribeiro. A planície do solar e da senzala. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996, p. 152.

Senhora do Monte da Piedade, no século XVII, e transferido, a partir de 1750, para o largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

A metodologia foi desenvolvida com base no método dedutivo, utilizando-se a pesquisa documental nos arquivos eclesiásticos e públicos. A busca pelos livros de assentos de batismo, matrimônio e óbito de Magé se concentrou nos arquivos eclesiásticos de Niterói, de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Já a localização do respectivo livro de terras foi feita no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Na reconstituição da trajetória do Município de Magé, fundado em 9 de junho de 1789, se evidencia no cruzamento da história das instituições com a história das famílias, dos grupos sociais e dos indivíduos, daí a importância dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, criada em 18 de janeiro de 1696.

Uma freguesia no Recôncavo da Guanabara

A colonização portuguesa do Recôncavo da Baía de Guanabara remonta a reconquista do Rio de Janeiro, em 1565, com a expulsão dos franceses e a concessão das primeiras sesmarias nas proximidades e à margem da Guanabara. Neste contexto, os rios que deságuam na baía foram estratégicos, diante das largas faixas de manguezais que dificultavam a movimentação pelo litoral.

Nas margens dos rios Meriti, Sarapuí, Iguassu, Pilar, Inhomirim, Suruí, Magepe, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba estabeleceram-se os primeiros engenhos e fazendas, ao mesmo tempo em que os colonizadores seguiam por eles em direção da Serra do Mar e a produção agrícola do recôncavo descia para a cidade do Rio de Janeiro.³

Cristóvão de Barros, filho de Antônio Cardoso de Barros, donatário da Capitania do Ceará e primeiro provedor-mor da Real Fazenda do Brasil (1548-1549), foi agraciado, em 1566, com uma sesmaria na barra do Rio Magepe, ampliada com a concessão de mais terras, em 1579.⁴

O engenho de Magepe foi o primeiro a ser erguido no Recôncavo da Baía de Guanabara, entre 1572 e 1575, período em que Cristóvão de Barros sucedeu a Salvador Correia de Sá, no comando da Capitania do Rio de Janeiro.⁵

Frei Vicente do Salvador (1564-1635) menciona que Cristóvão de Barros, depois da pacificação do Rio de Janeiro, dedicou-se à lavoura, à produção de açú-

³ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p. 191-195.

⁴ ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 25-28.

⁵ MELLO, Carl Egbert H. Vieira. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo: Editora Giordano, 1996, p. 147-148.

car em seu engenho e à pesca da tainha, no Rio Magepe, cuja carne era salgada e a cabeça cozida, produzindo o azeite que iluminaria as casas.⁶

Segundo Simão de Vasconcellos (1597-1671), foi no engenho de Magepe que ocorreram dois milagres atribuídos ao Padre José de Anchieta: o amansar de um boi bravo e a cura de Baltazar Martins Florença, com a água de uma fonte que havia junto ao engenho.⁷

Próxima do porto por onde se escoava a produção da fazenda de Magepe, foi erguida, num outeiro, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, iniciativa do sargento-mor João Dantas (falecido em 1668), que encomendou ao escultor Sebastião Toscano, no Rio de Janeiro, a confecção da imagem, que logo alcançou fama de milagrosa.⁸

O escritor francês Charles de Sainte-Foy (1806-1861) menciona que os fiéis faziam peregrinações até o Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe e tomavam a água do poço do Padre Anchieta, eficaz contra várias espécies de enfermidade.⁹

Em 1723, Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) menciona que as paredes do Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe estavam cobertas de testemunhos dos sinais e memórias dos milagres e maravilhas, sendo vistos muitos quadros, mortalhas e outros ex-votos.¹⁰

Assim, o engenho de Cristóvão de Barros, o poço bento de Anchieta e o Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade foram os responsáveis pelo desenvolvimento do primeiro povoado de Magepe.

⁶ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 178-179.

⁷ VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 52.

⁸ SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo e último. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002, p. 42-45.

⁹ SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora, 1997, p. 198-199.

¹⁰ SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo e último. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002, p. 45



Sítio histórico do Poço Bento de Anchieta (IBGE, 1969)

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, de natureza colativa, foi criada pelo alvará régio de 18 de janeiro de 1696. O Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade principiou a ter párocos próprios em 1697, com a posse do Padre José Carvalho, que ficou à frente da paróquia até 1701.¹¹

As paróquias instituídas, no contexto do Padroado Régio, eram designadas de natureza colativa, pois a elas estariam vinculados padres, mantidos, em caráter vitalício, pela Coroa portuguesa. Uma paróquia colada representava o reconhecimento da consolidação da ocupação do território, com certa representatividade econômica ou política. Assegurava, ainda, uma ascensão social ao padre a ela colado, que o distinguia do baixo clero, por sua condição de funcionário régio.

O reconhecimento das paróquias coladas decorria da pressão dos próprios fregueses, que o requeriam à Coroa portuguesa. Foi o que aconteceu com a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. Com a concordância do Bispado do Rio de Janeiro e da Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa, os moradores do povoado de Magepe passaram a contar com a administração contínua dos sacramentos e a produção dos registros paroquiais, que conferiam

¹¹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 135.

direitos, privilégios e prestígio social.¹²

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe não se limitava ao continente, pois incluída em sua jurisdição eclesiástica estava a ilha de Paquetá, que passou a contar, em pouco tempo, com duas capelas, a de São Roque (1698) e do Senhor Bom Jesus do Monte (1758).

Em 1748, a doação de terras no Caminho Grande da Fazenda Magepe-mirim, para a construção da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, motivou a mudança de todo o povoado da Praia da Piedade para o novo sítio, dando origem ao Centro Histórico de Magé. A atual Igreja Matriz foi concluída em 1751, quando lhe foram transferidas as imagens sacras do velho Santuário no Morro da Piedade, que acabou demolido.¹³

Em 21 de junho de 1769, Dom Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, criou a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá, nela incluindo as ilhas de Itaoca e de Jurubaibas, anteriormente pertencentes à freguesia de São Gonçalo. Essa decisão não agradou nem ao pároco de São Gonçalo nem aos moradores do entorno da capela de São Roque que, desejando permanecer com a paróquia de Magepe, recorreram à Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa. Em 1771, a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá foi extinta, retornando os moradores de Paquetá a pertencerem a paróquia de Magepe.¹⁴

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe foi elevada a sede da Vila de Magé, criada por ato do Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, em 9 de junho de 1789, sendo a Câmara Municipal instalada dias depois, a 12 de junho.¹⁵

O Município de Magé foi formado pelas antigas freguesias do distrito rural de Magepe (Nossa Senhora da Piedade de Magé (incluindo Paquetá), São Nicolau de Suruí, Nossa Senhora da Guia de Pacobaiba e Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim), desmembradas da Cidade do Rio de Janeiro, e pela freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, desmembrada da Vila de Santo Antônio de Sá.

No centro das vilas coloniais, a Igreja Matriz, quase sempre grandiosa, contrastava com o casario modesto e centralizava no entorno de si, o comércio e as instituições, ao mesmo tempo em que em sua praça aconteciam os comícios, os protestos, as cavalgadas, o bumba-meu-boi, as pastorinhas e as congadas. Nas

¹² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 99.

¹³ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 222.

¹⁴ COARACY, Vivaldo. *Paquetá, imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964, p. 32-34.

¹⁵ ABREU, Antônio Izaías da Costa Abreu. *Municípios e Topônimos Fluminenses: histórico e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 56-57.

ruas, inclusive as que confluíam para o Largo da Matriz, apenas casas térreas e assobradadas, com seus quintais, com pomares, roças e estábulos.¹⁶

O centro urbano no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé foi descrito por Monsenhor Pizarro e Araújo, em 1794; pelo Padre Aires Casal, em 1817; e pelo viajante inglês John Luccock, em 1820.

No relatório de sua visita pastoral, em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo (1753-1830) menciona que as 16 casas assobradadas e as 173 térreas são posteriores a construção da nova Matriz de Magé, uma das melhores igrejas do recôncavo.¹⁷

Em 1817, o Padre Aires Casal (1754-1821) descreve Magé como uma vila abastada de pescado, com algum comércio e um porto movimentado, com a exportação de gêneros alimentícios, ornada com uma magnífica igreja paroquial.¹⁸

Já o viajante inglês John Luccock, em 1820, afirma que Magé possuía várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja, sendo uma das localidades mais importantes das vizinhanças do Rio de Janeiro.¹⁹

¹⁶ OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA/INL, 1971, p. 22-24.

¹⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 99-116.

¹⁸ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 34.

¹⁹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 230.



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé (Museu Imperial, 1922)

Fora do pequeno centro urbano de Magé, novos povoados surgiram em volta das capelas rurais. Em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo menciona que a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé contava com seis capelas filiais: a de São Roque (1698), em Paquetá; a de Nossa Senhora de Nazareth (1734), na fazenda de Manuel Ferreira Feital; a de Sant'Anna (1737), na fazenda do Capitão-mor Domingos Vianna de Castro; a de Santo Aleixo (1747), na fazenda de José dos Santos Martins; a do Senhor Bom Jesus do Monte (1758), em Paquetá; e a de Sant'Anna, na fazenda da Ordem do Carmo.²⁰

Em 1855, por força da regulamentação da Lei de Terras, o Padre Agostinho de Mattos ficou responsável por abrir e controlar os livros e registrar as declarações dos proprietários ou posseiros de terras na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé.

Quando a Vila de Magé foi elevada à categoria de cidade, em 2 de outubro de 1857, o Município de Magé estava dividido em cinco freguesias, a de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé, a de São Nicolau de Suruí, a de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, a de Nossa Senhora Aparecida e a de Santo

²⁰ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 105-112.

Antônio do Paquequer (Teresópolis).²¹

Antônio de Paiva Fernandes menciona que para a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Magé convergiram os capitalistas da Corte, adquirindo terras e instalando empórios comerciais, interessados no movimento das tropas de mulas que traziam os produtos de Minas Gerais para ser escoados, pelo porto do Canal de Magé, para o Rio de Janeiro.²²

O movimento dos tropeiros pela estrada de Magé até o Rio Paraíba do Sul, pela Serra dos Órgãos, contribuiu para a criação das freguesias de Nossa Senhora Aparecida (1842), de Santo Antônio do Paquequer (1855) e de Santo Antônio de Sapucaia (1871).

A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1858), o fim do trabalho escravo (1888) e os desdobramentos do golpe militar contra a monarquia (1889) impactaram diretamente o comércio, a agricultura e o desenvolvimento do Município de Magé. Neste contexto, o município perdeu, ainda, grande parte de sua área agrícola, com as emancipações das freguesias de Sapucaia (1874), que ainda levou consigo a Freguesia de Nossa Senhora Aparecida, e de Teresópolis (1891), e reincorporou suas antigas freguesias de Guia de Pacobaíba e de Inhomirim, com a extinção da Vila de Estrela, em 1892.

Em 1892, a própria Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Magé viu seu território eclesiástico ser dividido, dando origem aos distritos de Magé e de Santo Aleixo. Assim, o Município de Magé passou a ser dividido em seis distritos: Magé, Santo Aleixo, Guapimirim, Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim.

Em seguida, eclodiu a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), cujo episódio mais sangrento ficou conhecido como Horrores de Magé (1894), ocasião em que as tropas do Exército saquearam a Câmara Municipal, o cartório da comarca e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.²³

Nos últimos trezentos anos, a jurisdição eclesiástica da Paróquia de Magé sofreu cinco desmembramentos: o primeiro, em 1723, quando foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; em 1755, com a criação da Paróquia de São Nicolau de Suruí; em 1810, com a criação da Paróquia do Bom Jesus do Monte de Paquetá; em 1960, com a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo; e, por fim, em 2016, com a criação da Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília.

²¹ Biblioteca Nacional. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1857, p. 199-204.

²² FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da Republica*. Rio de Janeiro: Gráfica Hélio, 1962.

²³ DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé, 1894*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 2002, p. 57-73.

Os registros paroquiais de Magé

Os primeiros registros de batismo, matrimônio e óbito em Magepe foram feitos, entre 1565 e 1634, pelo pároco da Igreja Matriz de São Sebastião do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, passando a responsabilidade, em seguida, ao pároco da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (1634-1696).

Monsenhor Pizarro e Araújo menciona que o primeiro livro de assentos do Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe foi iniciado em 1668, portanto, antes da criação da freguesia (1696). Era prática comum no Bispado do Rio de Janeiro, em que os registros de batismo, matrimônio e óbito se faziam em cadernos avulsos, sem a formalidade prevista no Concílio de Trento. Os livros regulares somente tornaram-se obrigatórios, em 1728, quando o Bispo Dom Frei Antônio de Guadalupe adotou, no Bispado do Rio de Janeiro, as Constituições do Arcebispado da Bahia (1707).²⁴

O território mageense esteve subordinado ao Bispado da Bahia (1565-1575), à prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro (1575-1676), ao Bispado do Rio de Janeiro (1676-1892) e ao Bispado de Niterói (1892-1946). Essas alterações na jurisdição eclesiástica explicam a existência de livros paroquiais de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, por exemplo, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.

Em 13 de junho de 1946, o Papa Pio XII criou o Bispado de Petrópolis, com território desmembrado das dioceses de Niterói e de Barra do Pirai. Desde então, a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Magé é a mais antiga da Diocese de Petrópolis.

Especificamente para o caso dos registros paroquiais de Nossa Senhora da Piedade de Magé, os encontramos nos arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e da Cúria Diocesana de Petrópolis e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

No arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro estão três fragmentos de livros de registro, dois de batismo de livres (1669-1676 e 1677-1696) e um de batismo de escravizados (1754-1756). Os assentos do século XVII confirmam a informação de Monsenhor Pizarro de que os registros de Magepe começaram a ser feitos antes da criação da freguesia.

A Paróquia de Magé teve seus livros de registros recolhidos à Cúria Diocesana de Petrópolis, por decisão do Bispo Dom Manuel da Cunha Cintra, 1.º Bispo de Petrópolis (1948-1984).²⁵ No arquivo diocesano encontramos, da freguesia de Magé, livros e fragmentos de livros com assentos de batizados (1670-

²⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 133-135.

²⁵ CARVALHO, Áurea Maria de Freitas. *Arquivos Eclesiásticos de Petrópolis*: Cúria Diocesana e Catedral. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1981, p. 3.

1743, 1743-1766, 1756-1771, 1841-1851, 1851-1864, 1864-1878), de casamentos (1702-1766, 1766-1838, 1809-1819) e de óbitos (1809-1815, 1816-1840, 1827-1840, 1841-1854) de brancos e forros, bem como de batismos de escravizados (1719-1782, 1809-1814, 1834-1855).

Os registros paroquiais de Magé deveriam seguir as instruções do Concílio de Trento (1545-1563) e, a partir de 1728, das disposições das Constituições do Arcebispado da Bahia (1707). As informações básicas nos assentos são a data do evento (batismo, casamento ou óbito), o nome dos pais, avós e cônjuges (havendo, em alguns casos, menção a naturalidade, a nacionalidade ou a símbolos de distinção, como as patentes militares), padrinhos e testemunhas.

Considerando que, na América portuguesa, a cor definia o lugar social dos indivíduos, as hierarquias sociais do Antigo Regime nos trópicos, que se mantiveram no Império do Brasil e repercutem negativamente até os dias atuais, estão presentes nos registros paroquiais de Magé.

Podemos observar nesse pequeno *corpus* documental que havia livros para livres (brancos, pretos forros e pardos) e para escravizados. Nos assentos paroquiais vemos alusões às chamadas qualidades de cor dos fregueses de Magé, parda, preta ou crioula. Há, inclusive, registros com os nomes de nação dos pais ou avós (do Congo, de Angola etc.) ou com a indicação de oriundos da Costa da África.

No século XVIII, o termo pardo geralmente se referia a filhos de forros, ou seja, seria a primeira geração de descendentes de escravizados nascida livre.²⁶ Assim, os pardos mencionados nos registros paroquiais de Magé apresentavam uma condição diferenciada de liberdade, vinculada a um passado de escravidão.

Essas distinções sociais na sociedade mageense colonial são visíveis também na organização das irmandades religiosas. Por exemplo, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim havia duas irmandades negras, a de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1737) e a de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos (1738), cada qual responsável pela conservação de seu altar no interior daquela igreja.²⁷

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro encontramos o livro de registro das terras da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé, abrangendo o período de 1855 a 1857. O registro paroquial de terras foi o primeiro instrumento jurídico regulador de acesso à propriedade fundiária, depois do fim da concessão das sesmarias, em 1822. Sobre o acesso à terra, no período colonial, encontramos no Arquivo Nacional

²⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 137.

²⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monseñor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 33-34.

muitas cartas de sesmarias referentes ao território mageense.²⁸

Os livros de registro paroquial de terras nos fornecem informações sobre o nome do possuidor ou de seus herdeiros, o nome de seus confrontantes, a freguesia, o sítio ou núcleo populacional em que está inserido e o regime jurídico (posse ou propriedade).

Antônio Carlos Jucá de Sampaio, que estudou a estrutura de posse da terra na Vila de Magé, entre 1855 e 1857, observou que os grandes proprietários concentravam 3/4 de toda a área registrada nas cinco freguesias (Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida e Paquequer), a exemplo da freguesia de Magé, onde os sete maiores proprietários de terras controlavam mais de 84% da terra declarada, enquanto que havia uma esmagadora maioria de microfunditários correspondendo a 60% dos proprietários de terras registradas, que controlavam tão-somente 1,6% de toda a extensão declarada, com uma propriedade média de 1,92ha, em razão de serem ocupações seculares, que foram sendo retalhadas pelos herdeiros ao longo das gerações.²⁹

Os registros de terras da freguesia revelam a existência de uma comunidade de pretos forros em Magé, formada por Desidéria, Ignácia Moçambique, Generosa Crioula, Maria Rebolla, José Bengela e Antônio Congo, que compareceu, em 1856, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade para declarar a posse sobre um sítio, na margem do Rio Magé.

Como os dados obtidos nos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé podem ser trabalhados? Podemos citar, pelo menos, três perspectivas: a da História Social, a da Micro-História italiana e a da Demografia Histórica.

A abordagem da História Social nos permite, a partir dos registros paroquiais de Magé, abordar temas como as trajetórias individuais e familiares, as hierarquias sociais e as estratégias de mobilidade social.

Já com a Micro-História italiana, a exemplo do trabalho de Giovanni Levi, podemos reconstituir os núcleos familiares dos antigos moradores de Magé, as suas redes de sociabilidade e a estrutura agrária da região.³⁰

A Demografia Histórica, pautada na análise dos registros paroquiais por métodos quantitativos, também tem apresentado resultados significativos ao privilegiar a temática da família, suas redes e vínculos com a terra.³¹

²⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

²⁹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 46-55.

³⁰ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório*

Considerações finais

O levantamento dos livros de registros paroquiais de Magé, nos arquivos do Rio de Janeiro e de Petrópolis, revelou que a destruição provocada pelos Horrores de Magé (1894) não apagou a totalidade dos assentos referentes aos séculos XVII, XVIII e XIX.

A regularidade com que os párocos de Magé recolhiam as informações de batismos, casamentos e óbitos nos permite identificar as hierarquias sociais e reconstruir as redes de sociabilidade e as estratégias de mobilidade social que marcaram a sociedade escravista mageense.

A fim de suprir as lacunas existentes nos registros paroquiais de Magé, o pesquisador pode lançar mão de outras fontes, como os inventários *post mortem*, que estão sob a guarda do Arquivo Nacional e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O estudo de caso da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé contribuiu para compreender o processo de ocupação do Recôncavo da Guanabara, ao mesmo tempo em que evidenciou como os livros de registros de batismo, de matrimônio, de óbito e de terras são importantes testemunhos dos valores presentes na Magé colonial e imperial.

Referências bibliográficas

ABREU, Antônio Izaías da Costa Abreu. *Municípios e Topônimos Fluminenses: histórico e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855). Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

CARVALHO, Áurea Maria de Freitas. *Arquivos Eclesiásticos de Petrópolis: Cúria Diocesana e Catedral*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1981.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasileira*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947

COARACY, Vivaldo. *Paquetá, imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé, 1894*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: Gráfica Hélio, 1962.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A planície do solar e da senzala*. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MELLO, Carl Egbert H. Vieira. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo: Editora Giordano, 1996.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA/INL, 1971.

SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora, 1997.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora: tomo décimo e último*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

